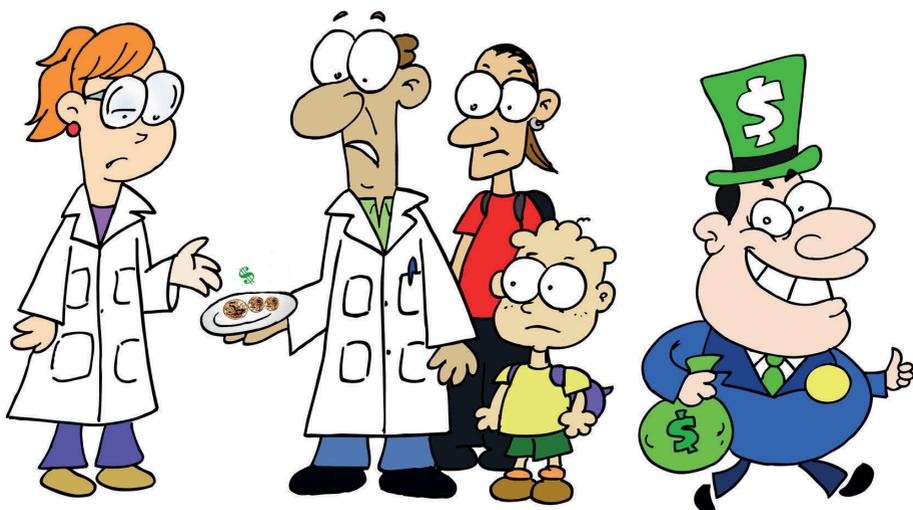


CRISE DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA PÚBLICA

Recursos existem, mas vão para o
pagamento da dívida pública

REORGES



ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

**Crise de Financiamento das
Universidades Federais
e da Ciência e Tecnologia Pública**

Junho de 2018

Brasília (DF)

**Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de
Ensino Superior**

Expediente

Coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE); Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTC&T) e Grupo de Trabalho de Verbas (GTVerbas).

Coordenadores:

Ana Maria Ramos Estevão
Carlos Alberto Saraiva Gonçalves
Epitácio Macário Moura
Francisco Jacob Paiva da Silva
Jacqueline Rodrigues Lima
José Vitório Zago
Marcelo Mario Vallina
Mary Sylvia Miguel Falcão
Olgaíses Cabral Maués
Raimundo Wanderley Correa Padilha
Tricia Zapula Rodrigues

Revisão: Zélia Chequer

Projeto Gráfico: Renata Fernandes (13743 DRT-DF)

Edição: Imprensa ANDES-SN

Encarregados de Imprensa: Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Ed. Cedro II, 5º andar, Bloco C
CEP: 70302-914, Brasília, DF.

Tel.: 61 39628400

Email: imprensa@andes.org.br

www.andes.org.br | www.facebook.com/andessn | twitter.com/andessn

Sumário

Apresentação	07
1. Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública.....	09
1.1. Financiamento das universidades federais e gastos com a dívida pública	10
2. A expansão da Educação Superior pela via privada.....	14
2.1. Os principais programas de expansão da educação pela via privada: FIES e PROUNI	16
2.1.1. O FIES	16
2.1.2. O PROUNI	17
3. O perfil dos discentes das Universidades Federais	20
4. O investimento por aluno é adequado no Brasil?.....	23
4.1. O que é o Investimento/aluno?	23
4.2. A insuficiência do investimento/aluno	24
4.2.1. O investimento por aluno é insuficiente no Brasil?..	24
5. O papel da universidade pública na produção científica e os cortes orçamentários.....	27
Considerações Finais	31
Referências	32

Apresentação

Nos últimos anos o projeto neoliberal de desmonte das políticas públicas em geral e de educação, em particular, capitaneado por órgãos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, vem apresentando uma série de dados e informações cujos fundamentos são extremamente duvidosos, mas que são rapidamente divulgados pela mídia, alinhada com os propósitos do capital monopolista. Nesse sentido, o ANDES-SN, conforme decisões de Congresso, vem produzindo um conjunto de trabalhos com o objetivo de municiar a categoria para o debate e a realização de ações políticas.

Com o objetivo de analisar de forma crítica a questão do financiamento da educação superior e da ciência e tecnologia, o ANDES-SN vem produzindo diferentes documentos que permitem subsidiar a categoria docente para o debate qualificado da temática. Esta cartilha, que procura atingir o objetivo citado, é o resultado de um trabalho conjunto realizado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTC&T) e Grupo de Trabalho de Verbas (GTVerbas).

O texto foi construído em reuniões conjuntas do pleno desses grupos de trabalho, a partir de contribuições importantes de companheiros que vêm pesquisando e produzindo material sobre o assunto. O objetivo central deste trabalho é demonstrar, com dados, que existem recursos financeiros para expansão do orçamento do ensino superior e desenvolvimento da ciência e tecnologia públicas, mas que vêm sendo utilizados pelo governo federal em um processo de mercantilização da educação e de desmonte das instituições federais de ensino com profundos cortes no financiamento.

Para tanto, esta Cartilha abrange cinco partes, a saber: o item 1 trata da propalada crise de financiamento das universidades públicas e da ciência e tecnologia, ao mesmo tempo em que apresenta o papel central da universidade pública na produção da ciência e tecnologia; o item 2 explicita, por meio da análise do FIES e PROUNI, como uma parte importante do fundo público é destinado a fomentar a privatização e a mercantilização do ensino superior; o item 3 evidencia o perfil dos(as) discentes que frequentam o ensino superior público, com o intuito de mostrar que, historicamente, as instituições públicas têm um elevado percentual de alunos(as) pertencentes aos degraus mais baixos da faixa de renda familiar do país, que são oriundos(as) de escolas públicas, ou

seja, as instituições públicas atendem majoritariamente às camadas populares, ao contrário do que divulga a burguesia; o item 4 apresenta um estudo sobre o investimento por aluno(a) e, finalmente, debate a questão de quem e onde se produz conhecimento no Brasil, mostrando a falácia dos argumentos divulgados pela mídia monopólica.

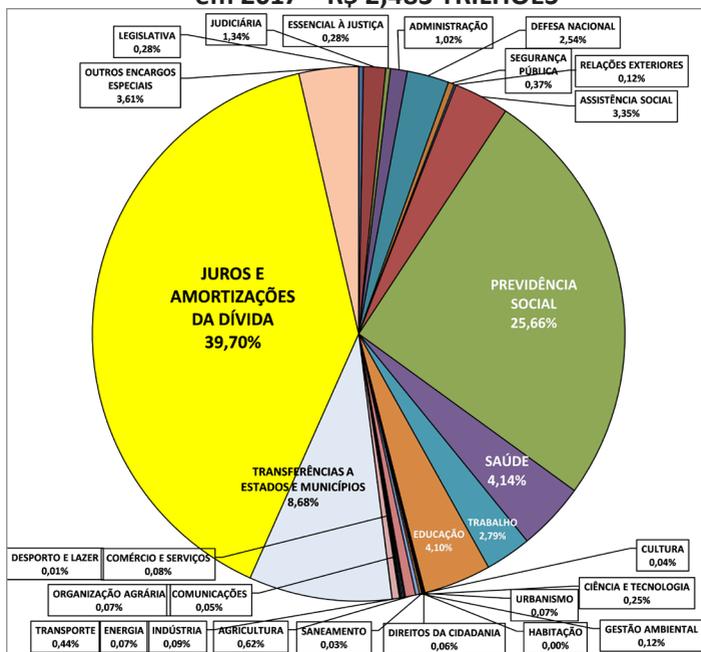


1. Crise de Financiamento das Universidades Federais e da Ciência e Tecnologia Pública. Recursos existem, mas vão para o pagamento da dívida pública.

As políticas de ajuste fiscal no contexto da mundialização do capital trazem implicações para a educação superior. No Brasil, a elevada destinação de recursos da União e dos estados para o pagamento da dívida pública tem exigido enormes sacrifícios da população, que sofre com a insuficiência dos serviços públicos, e agrava a situação social.

A “Auditoria Cidadã da Dívida” e os movimentos sociais têm denunciado o favorecimento dos credores da dívida pública brasileira (Bancos, Fundos de pensão, Financiadoras) em detrimento de investimentos em políticas sociais. É o que mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Orçamento Federal (Fiscal e Seguridade Social) Executado (Pago) em 2017 = R\$ 2,483 TRILHÕES



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida*.

*AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA é uma associação, sem fins lucrativos, que possui, entre outros, o seguinte objetivo: Realizar, de forma cidadã, auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa, federal, estaduais e municipais. Mais informações em www.auditoriacidada.org.br | Disponível em <https://auditoriacidada.org.br>

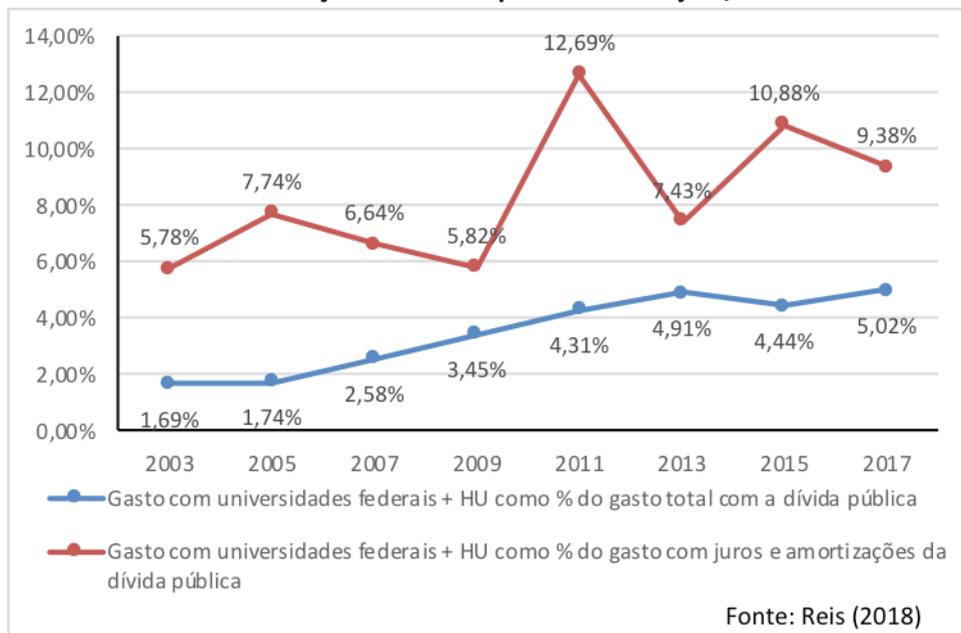
Como vemos no Gráfico 1, em 2017 foram destinados R\$986,1 bilhões (quase 1 trilhão de reais!) para pagamento da dívida pública, o que representa 39,7% de todos os gastos da União, enquanto os gastos com educação, trabalho, saúde, cultura, ciência e tecnologia, segurança pública e assistência social foram de apenas R\$373,4 bilhões, ou seja, 15,05% das despesas totais da União.

A destinação, pelo setor público, de uma parcela significativa dos recursos da União para pagamento da dívida pública a grandes grupos financeiros e fundos de investimentos e de pensão praticamente inviabiliza o financiamento da educação e da ciência e tecnologia (C&T) no Brasil.

1.1 Financiamento das universidades federais e gastos com a dívida pública

Ao compararmos os recursos destinados às universidades federais com aqueles destinados à dívida pública, comprovamos a absoluta prioridade conferida por sucessivos governos ao pagamento da dívida pública, em detrimento dos investimentos em educação, em especial nas universidades públicas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2: Despesas da união com universidades federais (inclusive HU) como percentual dos gastos totais com a dívida e dos gastos apenas com juros e amortizações da dívida pública – IPCA jan./2018



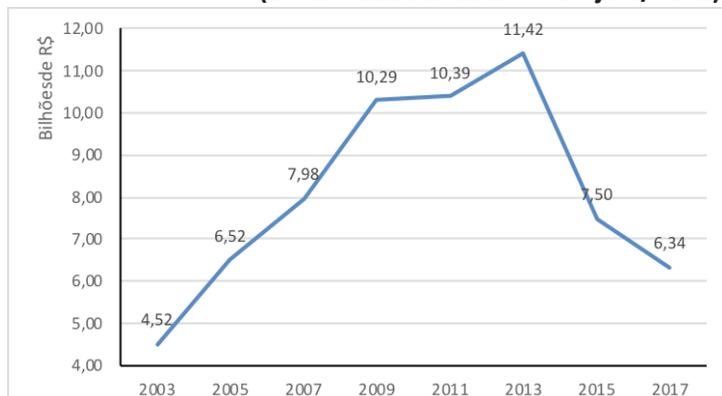
O Gráfico 2 demonstra que, no período de 2003 a 2017, a União gastou com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários – HU), em média, 3,47% do gasto total com a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento) e 8,14% do gasto apenas com juros e amortizações da dívida pública. Em números absolutos, atualizados pelo IPCA para janeiro de 2018, no ano de 2003, gastaram-se R\$349 bilhões em juros e amortizações e apenas R\$20,2 bilhões com as universidades federais. Já em 2017, os gastos com juros e amortizações foram de R\$536,6 bilhões, e os gastos com as universidades federais foram de R\$50,3 bilhões.

O gasto acumulado com juros e amortizações, no período de 2003 a 2017, totalizou nada menos do que R\$7,04 trilhões, representando, em média, 19,82% das despesas totais da União. Esse total significou praticamente onze vezes os gastos com as universidades federais (R\$563,9 bilhões), sete vezes os recursos destinados à educação (R\$1,03 trilhões), cinco vezes os recursos destinados à saúde (R\$1,38 trilhões), oito vezes os recursos destinados à assistência social (R\$896,6 bilhões), e cinquenta e oito vezes os recursos gastos em ciência e tecnologia (R\$122,1 bilhões).

O ANDES-SN tem defendido a educação como direito social, e não como um serviço ou uma mercadoria, por isso tem combatido a priorização, pela União, da destinação de recursos públicos para pagamento da dívida pública em detrimento da educação, saúde e seguridade social, previstas na Constituição Federal de 1988 – e isto perpassa a política econômica desde FHC (1994-2002).

O pagamento da dívida pública se dá sem auditoria, contrariando a previsão da Constituição Federal de 1988, e restringindo o financiamento das políticas sociais, com prejuízo para a classe trabalhadora em especial. As restrições ocorrem também na área da C&T, que vem sofrendo cortes drásticos nos últimos anos conforme explicita o Gráfico 3.

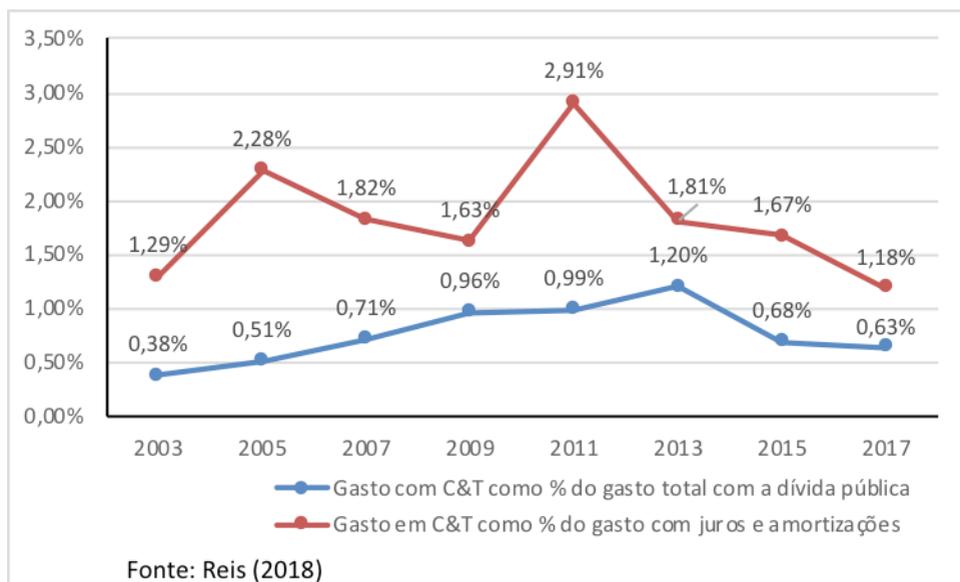
Gráfico 3: Gasto da União com ciência e tecnologia (em bilhões de reais – IPCA jan./2018)



Fonte: Reis (2018)

De acordo com o Gráfico 3, os gastos com C&T apresentaram crescimento até 2013 e, posteriormente, uma redução significativa, retornando, em 2017, aos patamares de 2005. A gravidade dos cortes na área se expressa no fato de, em 2017, os gastos corresponderem praticamente apenas à metade dos gastos realizados no ano de 2013.

Gráfico 4: Gasto da União com ciência e tecnologia como percentual do gasto total com a dívida pública e gasto com juros e amortizações da dívida pública (em % - IPCA jan./2018)



Observamos que, no ano de 2003, o gasto com C&T representou apenas 0,38% do gasto total com a dívida pública e apenas 1,29% dos gastos com juros e amortizações dessa dívida. Mesmo com o crescimento dos investimentos, em 2013 o gasto com C&T representou apenas 1,2% dos gastos totais com a dívida pública e 1,8% dos gastos com juros e amortizações da dívida pública. De 2003 a 2017, a média dos gastos com C&T correspondeu a nada mais que 0,75% do gasto total com a dívida e 1,79% do gasto com juros e amortizações da dívida.

As despesas da União com C&T foram elevadas de R\$4,519 bilhões em 2003 para R\$ 6,344 bilhões em 2017, um crescimento de 40,38%. Em 2003, os recursos destinados à C&T representaram proporcionalmente 0,12% do PIB e 0,23% das despesas totais da União. Em 2017, passaram a representar 0,10% do PIB e 0,25% das despesas totais da União.

A partir de 2010, verificamos um decréscimo dos recursos destinados à C&T: em 2010, foram destinados R\$11,945 bilhões e, em 2017, R\$6,344 bilhões. Isto representa uma redução da ordem de 46,89%. No período de 2003 a 2010, foram destinados, em média, 0,14% do PIB e 0,34% do orçamento da União para a área de C&T. Nesse período, somente o pagamento de juros e amortizações da dívida pública representou, em média, 8,22% do PIB e 19,82% do orçamento da União.

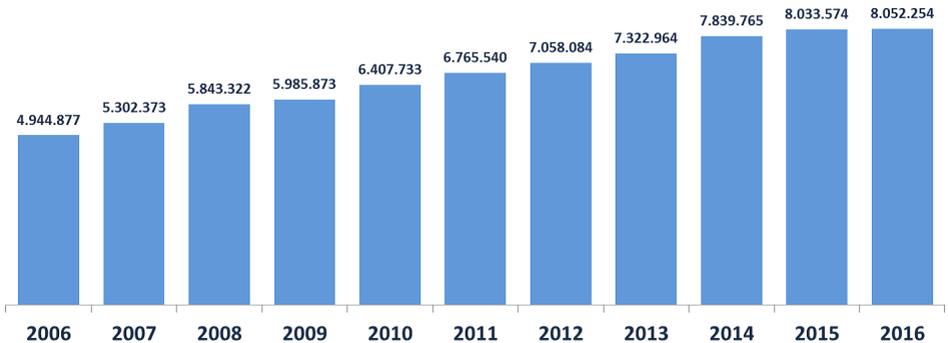
Os constantes cortes dos recursos destinados à educação e à C&T, implementados pelo governo federal, resultaram na deterioração crescente da educação pública superior. Sem financiamento suficiente, a expansão do número de matrículas verificada nas universidades federais nos últimos anos, longe de representar a apregoada democratização do acesso à educação superior, resulta no aprofundamento da precarização das condições de trabalho, na degradação da qualidade do ensino e da produção científica realizada nessas instituições.



2. A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PELA VIA PRIVADA

A educação superior brasileira tem apresentado um relativo crescimento nos últimos dez anos, levando em conta o aumento de matrículas presenciais e a distância que se efetivaram. O Gráfico 5 mostra que cerca de três milhões de estudantes ingressaram no período de 2006 a 2016 nas instituições de ensino superior (IES). Os números indicam um crescimento de matrículas na ordem de 62%, passando de quase cinco milhões para um pouco mais de oito milhões, no período.

Gráfico 5 - Matrículas na educação superior (graduação e sequencial)



Fonte Brasil – 2006-2016 Censo da Educação Superior

Apesar desse crescimento, ao analisarmos os índices percentuais de pessoas que frequentam o nível superior de ensino, podemos observar que o país tem ainda uma grande defasagem em relação aos países da região latino-americana. O Censo da Educação Superior de 2016 informa que o Brasil apresenta uma taxa líquida de 18,1% de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos de idade que se encontram na universidade. A taxa bruta (Porcentagem de matrículas na Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos) é 34,6%. Essas taxas são inferiores às daquelas da Argentina e Chile, superiores a 80%, e da Venezuela, que chega a 77%. Os índices brasileiros só superam os de El Salvador, Guatemala, Honduras e México, conforme mostra a Tabela 1 (IAS, 2016, p.126).

TABELA 1 - Taxa de matrícula bruta no ensino superior

PAIS	2000	Último ano disponível (aprox. 2013)
Argentina	53,1	80,0
Chile	37,2	83,8
Colômbia	23,2	51,3
Costa Rica	26,6	53,0
Equador	-	40,5
El Salvador	21,6	29,2
Guatemala	-	18,3
Honduras	13,8	21,2
México	19,1	29,2
Panamá	41,3	38,7
Paraguai	16,0	34,5
Peru	34,6	42,8
Uruguai	34,3	63,2
Venezuela	28,5	77,9
América Latina	22,8	43,9
OCDE	-	71,0

Fonte: Unesco Institute for Statistics e CEPAL (2015)

Nota: As taxas brutas são estimadas como proporção da população entre 18 e 24 anos

Do ponto de vista de sua composição, a educação superior brasileira é predominantemente privada – enquanto este setor detém 75,3% (6.058.623) das matrículas de graduação, no setor público há cerca de dois milhões de alunos. Houve, desde a ditadura militar, um crescimento vertiginoso do setor privado-mercantil, cujo grande impulsionador é o governo federal, por meio das políticas de expansão que favoreceram o setor privatista e rentista, ou seja, os empresários da educação.

Os números publicizados pelo Censo da Educação Superior 2016 (INEP) são contundentes em relação à privatização da educação superior. Além das matrículas, o número de instituições é outro indicador da privatização, estimuladas pelas políticas governamentais. Nesse nível de ensino, 87,7% (2.111) das instituições de educação superior são privadas, e, destas, 88,4% (1.866) são faculdades e, apenas, 89 estabelecimentos são universidades, instituições que, por natureza, devem desenvolver

ensino, pesquisa e extensão, além de precisar ter, no mínimo, 1/3 de docentes com o título de mestre(a) ou doutor(a) e o mesmo quantitativo com vínculo empregatício de tempo integral. Pelos números, fica evidente que os(as) empresários(as) da educação não têm interesse em produzir conhecimento, ou ter professores(as) titulados(as) e com condições estáveis de trabalho.

2.1 - Os principais programas de expansão da educação pela via privada: FIES E PROUNI

2.1.1 O FIES

O crescimento do ensino superior privado-mercantil se aprofundou nas duas últimas décadas por meio, entre outras ações, de programas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O FIES foi criado pela Lei 10.260/2001 com o objetivo de conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados(as) em cursos superiores de instituições privadas, com avaliação positiva junto ao MEC. É importante acompanhar o desenvolvimento desse Programa, tendo em vista o significado que tem para o crescimento financeiro das instituições privado-mercantis. No período de 2001 a 2009, o FIES realizou cerca de 500 mil contratos.

A partir de 2010, as regras de concessão foram alteradas, facilitando ainda mais os empréstimos. Assim, a taxa de juros passou de 6,5 % para 3,4% ao ano; o financiamento passou a ser de 100% dos encargos educacionais, e o prazo para a quitação da dívida passou para, até, três vezes a duração do curso financiado. Outra mudança significativa foi o tempo de carência para iniciar a amortização da dívida, que passou a ser de 18 meses, após o término do curso, e houve um aumento do valor da renda familiar, que passou a ser de, até, 20 salários mínimos.

Em 2015, quando a crise se instalou no país, nova regulação foi estabelecida pela Portaria Nº 8, de 2 de julho. Estas foram as principais mudanças: o(a) estudante terá de ter nota mínima de 450 pontos no ENEM e não ter tirado nota zero na redação. Os juros aumentaram, novamente, para 6,5%, e o período de carência diminuiu para 12 meses após o término do curso. Em 2018, novas regras foram

definidas, ampliando o leque dos(as) estudantes que podem obter o financiamento, que passa também a incluir, dependendo da disponibilidade de recursos, alunos(as) matriculados(as) nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, além de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado.

O FIES, no período de 2010 a 2016, formalizou 2,39 milhões de contratos, o que significou um aumento, em relação aos efetivados entre 2001 e 2009, de, aproximadamente, 480%.

É importante destacar, como apresenta a Tabela 2, que, em 2011, a diferença entre o orçamento proposto e o executado começou a diminuir, caindo 7% e, a partir de 2012, passou a crescer espetacularmente, chegando a 794% superior ao orçamento aprovado para esse ano; inclusive, em 2015, quando os cortes em C&T são notáveis (Gráfico 3), o governo executa acima do planejado.

A Tabela 2. Fies: Dotação inicial x Recursos Pagos (valores em R\$)

Exercício	Dotação inicial	Pago	Proporção (%)
2009	1.291.404.106	727.740.474	-44
2010	1.608.429.138	813.380.571	-49
2011	1.646.961.434	1.523.766.662	-7
2012	2.164.688.457	3.258.530.248	51
2013	1.644.604.823	7.300.994.844	444
2014	1.527.097.593	12.132.517.111	794
2015	12.389.786.541	13.933.373.913	12
2016 (1)	18.204.906.359	11.316.136.802 (1)	-37,83

Fonte: Senado Federal. Chaves et al. (2018)

(1) Até 23/09/2016

2.1.2 O PROUNI

O PROUNI é outra das políticas implementadas para favorecer o desenvolvimento do setor privado-mercantil e expandir a educação superior pela via privada-mercantil. Criado em 2005, no governo Lula, pela Lei Nº 11.096/2005, tem como objetivo conceder bolsas de estudo integrais ou parciais de 50% e 25% para estudantes de cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas, com e sem fins lucrativos.

Os critérios estabelecidos para ser bolsista foram os seguintes: ser estudante oriundo da escola pública ou ter sido bolsista em instituições privadas; ser estudante

com deficiência; ser professor(a) da rede pública de ensino, para cursos de licenciatura; ter renda familiar entre 1½ e 3 salários mínimos, dependendo da modalidade da bolsa solicitada. Já para as instituições privadas que aderiram ao Programa, o governo concedeu renúncia fiscal, com isenção dos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, de Contribuição Social sobre Lucro Líquido; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS), o que contribui para o desfinanciamento da seguridade social.

Os dados financeiros, expostos na Tabela 3, dão a dimensão do apoio dos governos ao processo de mercantilização da educação superior. Enquanto os investimentos realizados entre 2003 e 2016 com as universidades públicas tiveram um crescimento de 144% nas despesas da União, ou 0,74% do PIB, o incentivo à privatização da educação com FIES e PROUNI, aumentou 1.150,68% no mesmo período.

Tabela 3: Recursos destinados ao FIES e PROUNI como percentual das despesas da União com as universidades federais – 2003-2006
Valores (R\$ 1,00) a preços de janeiro de 2017 (IPCA)

Ano	Despesas com as Universidades Federais	A) PROUNI	B) FIES	PROUNI + FIES = (B+C)	% D/A
2003	19.626.809.672	--	1.564.773.328	1.564.773.328	7,97
2004	22.231.207.004	--	1.443.483.558	1.443.483.558	6,49
2005	21.470.208.936	206.542.269	1.523.152.935	1.729.695.204	8,06
2006	26.315.298.148	400.981.560	1.697.189.251	2.098.170.811	7,97
2007	28.251.516.137	625.016.797	1.738.458.793	2.363.475.590	8,37
2008	30.410.226.445	736.267.342	1.982.479.070	2.718.746.412	8,94
2009	35.813.454.451	857.851.367	2.242.488.327	3.100.339.694	8,66
2010	41.319.342.817	889.835.992	2.654.889.918	3.544.725.910	8,58
2011	44.090.789.588	814.870.857	3.560.227.456	4.375.098.313	9,92
2012	41.253.184.585	1.038.592.379	4.621.046.168	5.659.638.547	13,72
2013	45.507.046.352	1.363.385.566	8.355.992.703	9.719.378.269	21,36
2014	47.908.989.498	1.364.818.607	14.612.046.168	15.976.864.775	33,35
2015	47.543.121.553	1.312.301.524	16.361.047.064	17.673.348.588	37,17
2016	47.626.288.914	1.273.926.399	18.296.392.452	19.570.318.851	41,09

FONTE: Senado Federal (2017a, 2017b), Secretaria da Receita Federal 2017, IPEA (2008). In Chaves et al. (2018)

Os dados apresentados na Tabela 3 indicam, de forma clara, a prioridade dos governos em relação ao setor privado, o que tem feito não apenas com que este cresça vertiginosamente, mas que obtenha lucros consideráveis. Torna-se o fundo público o principal financiador dessas instituições, em detrimento da criação de mais instituições públicas, da abertura de concursos públicos para docentes e técnicos(as), do financiamento de pesquisa e outros insumos importantes e necessários ao desenvolvimento de uma educação pública, gratuita e voltada para o social.

Por outro lado, todo recurso financeiro prioritariamente destinado ao setor privado-mercantil não tem garantido resultados superiores àqueles obtidos pelas IES públicas, quando submetidos a processos de avaliação. Resta questionar a qualidade da formação que o setor privado-mercantil tem sido capaz de promover, considerando a quantidade de recursos do fundo público para ele desviado. Outro argumento utilizado para sustentar as políticas de fomento à mercantilização é especialmente explorado no documento do Banco Mundial “Um Ajuste Justo - análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (2017) .

3. O PERFIL DOS DISCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Em novembro de 2017, um documento do Banco Mundial intitulado “Um Ajuste Justo – análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, encomendado pelo governo federal, trouxe à tona a discussão sobre o perfil e o investimento dos(as) estudantes nas universidades públicas. Segundo o documento, “A pequena minoria de estudantes que frequentam universidades públicas no Brasil tende a ser de famílias mais ricas, que frequentaram escolas primárias e secundárias privadas” (p. 135). Continuando a análise, o Banco Mundial assegura que “o gasto por estudante nas universidades públicas no Brasil é consideravelmente mais alto do que em outros países com PIB per capita similar” (ibidem, p. 135). Esse mantra que o neoliberalismo difunde até o cansaço (que são os mais ricos que frequentam a universidade pública) parece fazer parte dos tempos atuais da pós-verdade, onde temos convicções e poucas evidências.

Como observamos na Tabela 4, em âmbito nacional, 66% dos(as) discentes têm renda inferior a 1 salário mínimo e meio. Nesse sentido, podemos dizer que as informações apresentadas pelo Banco Mundial, no documento citado, não correspondem à verdade. Os dados do BM deturpam a realidade brasileira e induzem os(as) leitores(as) menos atentos(as) a abraçar a ideia difundida amplamente de que as universidades públicas atendem a uma população rica. Há interesse em divulgar esses dados inverídicos com o objetivo de subsidiar a justificativa do governo federal em privatizar esse nível de ensino.

Tabela 4: Níveis de Renda dos Estudantes Brasileiros, por Região em 2014

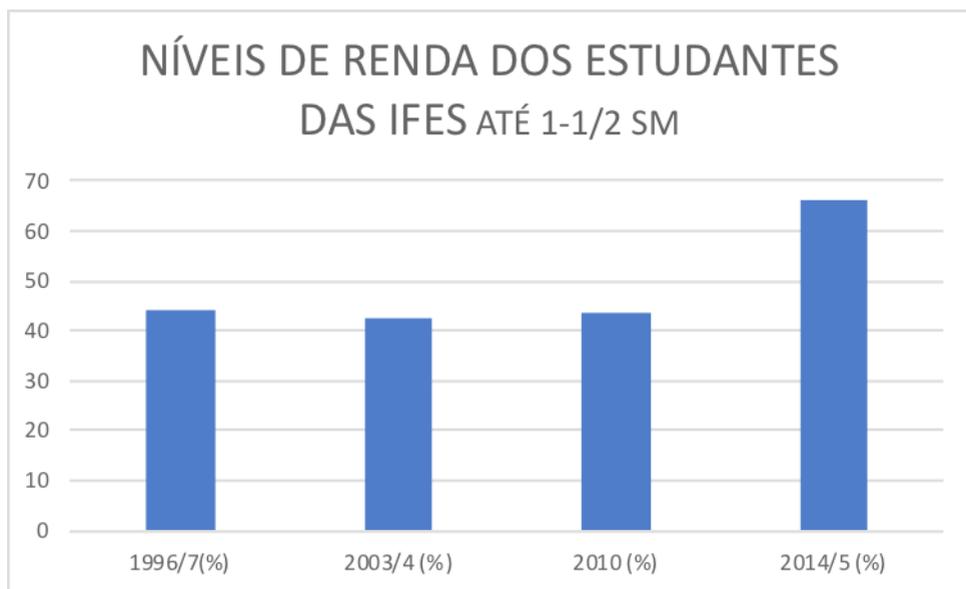
Renda	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
R\$ 362	22,79	45,79	45,90	22,39	21,83	31,97
R\$ 724	20,26	21,49	20,64	22,42	23,90	21,96
R\$ 1086	13,12	9,38	9,52	14,37	14,64	12,26
Total	56,17	76,66	76,07	59,18	66,37	66,19

Fonte: IV Pesquisa Nacional de Perfil dos Discentes/Andifes-2014

O Gráfico 6 demonstra que, historicamente, mais de 40% dos(as) discentes das universidades públicas sempre pertenceram às faixas de renda inferior a um salário mínimo e meio, situação que se aprofundou com a implementação das políticas

de cotas, que possibilitou o ingresso de estudantes pertencentes a estratos de menor renda familiar. Esses dados se chocam frontalmente com as informações do BM (2017, p. 140), segundo as quais “Estudantes de famílias mais ricas têm acesso a ensino superior gratuito, o que aumentará sua renda futura. Portanto, o ensino superior gratuito pode estar perpetuando a desigualdade no país”. O tipo de informação a respeito do tema difundido por esse organismo internacional contribui para justificar determinados programas do governo federal, que estimulam a privatização desse nível de ensino.

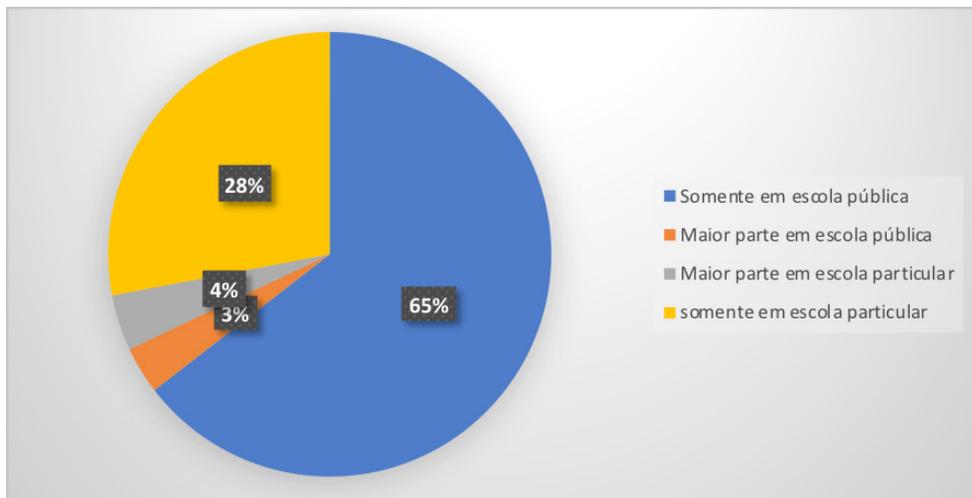
Gráfico 6: Níveis de Renda dos Estudantes



Fonte: Andifes-FONAPRACE, 1997, 2004, 2010, 2014

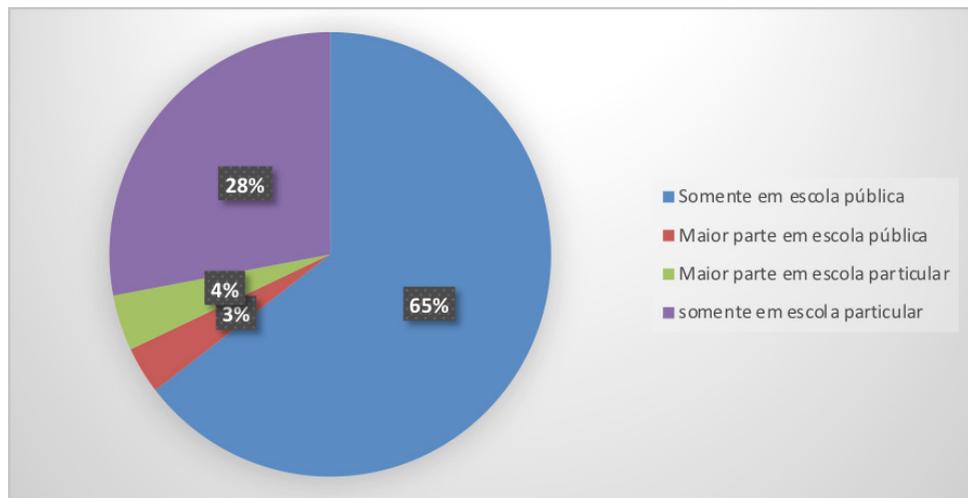
Mas, é verdade que os(as) alunos(as) que ingressam nas universidades públicas cursam o ensino médio em escolas privadas? O BM (2017, p.135) diz que sim. Essa informação, que se choca com a realidade, é facilmente demonstrável com os dados apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 Tipo de Escola em que cursou o ensino médio dos graduandos que ingressaram entre 2013 a 2015



Fonte: Andifes-FONAPRACE, 2014.

Os dados do Gráfico 7 demonstram que mais de 65% dos(as) alunos(as) que ingressaram entre 2013 e 2015 nas instituições públicas de ensino superior vieram de escola pública. Podemos inferir, portanto, que a universidade pública, muito diferente do que vem sendo propalado pelos documentos do BM e congêneres, não é voltada para atendimento das camadas mais privilegiadas. Assim, o ANDES-SN defende intransigentemente o direito da juventude ao ensino superior e se posiciona contra toda e qualquer medida que venha estabelecer relações mercantis dentro do espaço público, pois compreende que o acesso ao ensino superior público é expressão da conquista dos direitos subjetivos da classe trabalhadora.



4. O INVESTIMENTO² POR ALUNO É ADEQUADO NO BRASIL?

4.1 O que é o Investimento/aluno?

O valor estudante/ano de escolarização para garantir uma formação de boa qualidade é o que se chama, em tese, investimento/aluno. Esse “gasto” deve ter sempre como referência o direito de todas as pessoas a um ensino de qualidade social que, se respeitado, trata-se de um investimento social inequívoco, pois deve propiciar uma plena formação humana. Por qualidade social, entendemos “a luta contra qualquer tipo de apartação social e suas causas; o acesso de todos à informação a respeito do usufruto dos direitos humanos e sociais; a garantia do acesso e da permanência na escola”, além de outros indicadores como: “a garantia da consolidação de melhores condições para o ensino e a aprendizagem, por meio da minimização da fragmentação do conhecimento e da resolução coletiva e democrática dos assuntos que dizem respeito ao cotidiano escolar.” (ADRIÃO E CAMARGO, 2001, p.78). Este conceito já havia sido analisado em 1997, no II CONED, Belo Horizonte/MG, no Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira pelo ANDES-SN e muitas outras entidades da sociedade civil organizada.

É comum trabalhar-se com um valor médio de investimento/aluno, mas nem sempre esta é a melhor opção pelo fato de que os cursos das mais diversas áreas de conhecimento demandam quesitos específicos, decorrentes das próprias especificidades. Por exemplo, há diferenças que se referem tanto ao nível de ensino considerado (educação básica ou educação superior), quanto às especificidades internas ao nível de ensino. Ou seja, os cursos de todas as áreas de conhecimento, seja qual for o nível educacional considerado, devem ser contemplados com o investimento/aluno adequado. Por esse motivo, a menção a um valor de investimento/aluno médio é insuficiente.

Nas diversas áreas da educação superior (humanas, biológicas e exatas), há especificidades que precisam ser levadas em conta, pois algumas implicam infraestrutura mais onerosa, porém sem perder de vista que todas devem ter tratamento isonômico. Ou seja, cursos de diferentes áreas têm investimentos diversos por várias razões, particularmente pela exigência ou não de laboratórios e pelo nível de complexidade.

Tais cursos podem ser separados em pelo menos três grupos: os que têm laboratórios complexos, com equipamentos e seres vivos (medicina, por exemplo); aqueles

²Os economistas o chamam de Custo/Aluno, Andes considera que nenhum investimento em educação pode ser considerado um “custo”.

cujos laboratórios são de complexidade intermediária (algumas engenharias, por exemplo); e aqueles cujas atividades não exigem equipamentos e pessoal técnico-administrativo especializado em grande proporção (exemplos: humanidades, matemática, economia etc.).

Os investimentos relativos a esses três tipos de cursos estão, aproximadamente, na proporção 1:2:4, como podemos ver na Tabela 5, que se refere ao exemplo da Universidade de São Paulo (USP).

Tabela 5 Investimento mensal médio para manter um estudante na USP considerando os três grupos de cursos: valores de abril/2016

Áreas que não exigem laboratórios ou estes são relativamente simples	Áreas intermediárias	Áreas com altas cargas horárias e laboratórios complexos
RS 1.100/mês	R\$ 2.200/mês	R\$ 4.400/mês

Fonte: Otaviano Helene (IF-USP, 2017).

Além disso, cabe registrar a insistente alegação de que as instituições de ensino superior privadas apresentam um investimento/aluno muito inferior ao das universidades públicas. Tal recorrência advém de setores sociais que atacam o “modelo único” de universidade que realiza de forma indissociada o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme previsto no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Estes setores sociais ocultam que essa indissociabilidade contribui para promover, de um lado, a formação escolar plena e, de outro, disponibiliza à sociedade a maior parte da pesquisa realizada no país. Essas características custam e exigem investimento do Estado, sem o qual deixam de ocorrer.

4.2 A insuficiência do investimento/aluno

4.2.1 O investimento por aluno é insuficiente no Brasil?

Como dissemos anteriormente, o Banco Mundial (2017), no documento assinado, tomando como parâmetro o percentual do PIB destinado à educação e de PIB per capita, enfatiza a ideia de que o gasto com a educação pública no Brasil é excessivo.

Tabela 5: Percentagem do PIB aplicada à educação e PIB per capita (2014)

PAÍS	% PIB em EDUCAÇÃO	PIB/PPP (u\$s)*
Brasil	6,0	3.081
México	5,2	2.307
Chile	4,8	436,10
França	5,5	2.699,00
Alemanha	4,9	3.979,00
Coreia do Sul	4,6	1.934,00
Itália	4,2	2.221,00
Espanha	4,3	1.690,00
Reino Unido	5,8	2.788,00
EUA	4,9	18.560,00

FONTE: The World Factbook (www.cia.gov.br)

*Nota: Os valores US\$/PPP são aqueles valores em dólares que sofreram correções para obter a paridade do poder de compra – Purchasing Power Parity – PPP)

Assim, o gasto em educação como percentagem do PIB e o PIB per capita estariam nos níveis de países industrializados o que, segundo os organismos internacionais, seria uma demonstração de que o problema no Brasil não é de financiamento, já que o gasto no país é de 184,90 u\$s/PPP por habitante, superior ao resto dos países indicados na Tabela anterior e só superado pela Alemanha e Estados Unidos. Dessa forma, o BM e os economistas próximos ao mercado concluem que os magros resultados obtidos pelo país nos exames padronizados, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), são produto não de falta de investimento, mas de problemas relativos à gestão estatal e que, portanto, seria melhor repassar a gestão para organizações sociais destinadas a administrar a educação pública, principalmente, no ensino fundamental.

O que a análise dos economistas pró-mercados não apresenta é, por um lado, o déficit histórico em termos de infraestrutura institucional, de condições salariais e de trabalho dos(as) professores(as) (problemas amplamente denunciados pelos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as)) e, por outro lado, o que os recursos destinados significam em termos de investimento por matrícula, como mostra a Tabela a seguir.

Tabela: 6 Número de Matrículas e Valor aplicado por matrícula (2014)

PAÍS	Número de matrículas em educação em 2014	Valor aplicado por matrícula 1111111111(u\$s/PPP)
Brasil	53.746.345	3.439,49
México	35.837.809	3.347,41
Chile	4.839.513	4.325,39
França	15.108.534	9.825,24
Alemanha	15.200.566	12.826,56
Coreia do Sul	10.903.460	8.159,24
Itália	10.977.905	8.497,25
Espanha	9.674.213	7.511,72
Reino Unido	15.127.280	10.689,56
EUA	77.230.628	11.775,64

Fonte: % do PIB em educação e PIB: The World Factbook (www.cia.gov.br) e Número de matrículas: The World BankData (<https://data.worldbankdata.org>)

Como observamos na Tabela 6, o valor investido por matrícula no Brasil é de duas a três vezes menor que o dos países industrializados, só superando o investimento do México.

Pinto (2018), ao analisar o relatório Education at a Glance 2012, elaborado pela OCDE, considera que os investimentos por aluno na educação superior na média dos países da OCDE se estabelece em torno de US\$16.100, enquanto, no Brasil, é de US\$11.700. Entre 2010 e 2014 o investimento em Educação no país cresceu 7% e a matrícula 34% ou seja, o investimento por aluno teve uma queda de 20%, enquanto nos países da OCDE, cresceu 6%.

Como destacamos, o investimento no ensino superior por matrícula é um dos mais baixos se comparado com os países da OCDE, inclusive com os da América Latina. No entanto, é nas universidades públicas onde se produz a maior parte do conhecimento científico do país, como veremos a seguir.

5. O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E OS CORTES ORÇAMENTÁRIOS

De acordo com as atribuições definidas constitucionalmente, as universidades públicas têm como atividade o ensino, a pesquisa e a extensão. Uma pesquisa recente de uma empresa cientométrica estadunidense confirmou que a pesquisa no Brasil (com base nos artigos publicados na Web of Science) é feita majoritariamente nas universidades e instituições de pesquisa públicas. Essa pesquisa também constata aumento na qualidade dos artigos brasileiros, nos últimos anos, com base no índice de impacto dos periódicos. A produção científica aumentou de 2003 a 2017 de 15 mil artigos para 45 mil artigos.

O relatório da Clarivate Analytics (2017) preparado para a CAPES tenta resgatar a produção científica no Brasil de 2011 a 2016 e destaca que o Brasil é o décimo terceiro maior produtor de publicações em âmbito mundial, com um total de mais de 250.000 papers, publicados durante esse período. Os números apresentados colocam o país à frente de outros, como Holanda e Suíça, entre outros. No entanto, as perguntas que se impõem são: quem e onde se produz esse conhecimento? Como se financia essa produção?

O primeiro questionamento é respondido pelo mesmo relatório que, apesar de realizar uma análise exclusivamente quantitativa, o que pode resultar em uma análise parcial, é categórico em afirmar que a produção científica é gerada principalmente pelas universidades públicas. Ou seja, como assinalamos anteriormente, o setor privado-mercantil não tem a menor intenção de intervir nesse âmbito.

Apesar disso, quando se pensa em financiamento surge o discurso falacioso e míope do governo, que insiste em dizer que a universidade deve buscar outras fontes de financiamento para pesquisa, como o setor empresarial. Isso ignora o modelo de capitalismo dependente a que estamos submetidos e a ausência de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas no Brasil. Além disso, mesmo no Massachusetts Institute of Technology (MIT), uma instituição frequentemente citada como referência de interação com empresas, somente 5% da sua receita é proveniente de recursos empresariais. No MIT, quase 70% da receita vem do Estado. Essa é uma realidade em todo mundo – o Estado é o principal financiador de C&T nas universidades. Mas, e no Brasil como é financiada a produção de conhecimento?

³ As informações constam do relatório “Research in Brazil” encomendado pela CAPES à empresa de consultoria Clarivate Analytics, publicado em 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>. Acessado em 04/06/2018.

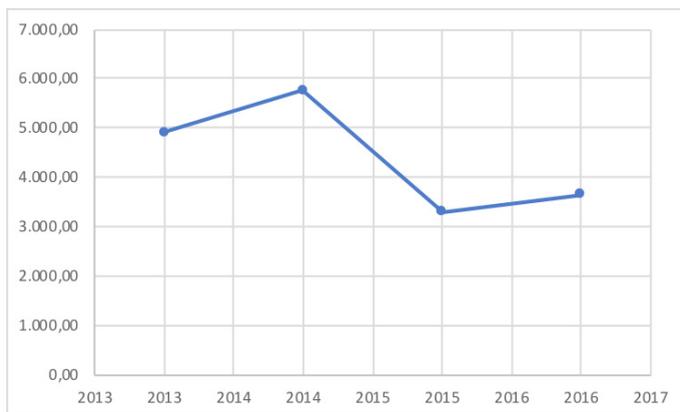
⁴ A este respeito, verificar o Caderno 28 do Andes-SN “Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil - Um balanço crítico (1995-2016)”.

Inicialmente temos de deixar claro que a universidade pública brasileira não dispõe de dotação orçamentária própria para as atividades de C&T. O financiamento vem dos governos via agências de fomento. No plano federal, os recursos advêm do Ministério da Educação (via CAPES) e do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicação (principalmente via CNPq). Tais recursos são alocados diretamente nos programas de pós-graduação e servem também para custear diferentes modalidades de bolsas e atender a editais para projetos. O Brasil investe muito pouco em C&T e, como dissemos, chega a ser surpreendente a sua produção científica. Qualquer corte em C&T reflete nas atividades de iniciação científica na graduação e na pós-graduação, na formação de mestres e doutores e na produção científica.

Para termos uma ideia do financiamento, as despesas da União com a função da ciência e tecnologia representou em média 0,33% da receita total da União no período de 2003 a 2017, quando elas se ampliaram em 40,38%. O ano de 2010 foi o que teve o maior volume de recursos de todo o período; no entanto, representou apenas 0,51% da receita total da União. A partir desse ano, se produziu uma queda permanente, que só teve uma exceção em 2013. Entre 2010 e 2017, a função de C&T no governo federal teve uma redução de 47%, sendo de 15,41% entre 2015 e 2017, o que indica a gravidade da situação da pesquisa no país e que terá impactos severos no médio prazo.

As despesas da União com a função ciência e tecnologia de 2013 a 2017 vêm decaindo, tendo tido um aumento no ano de 2015 e depois fecha o ano de 2017 com valores menores daqueles investidos em 2013.

Gráfico 8 Despesa da subfunção Desenvolvimento Científico (em milhões de reais, valores atualizados em 2017)

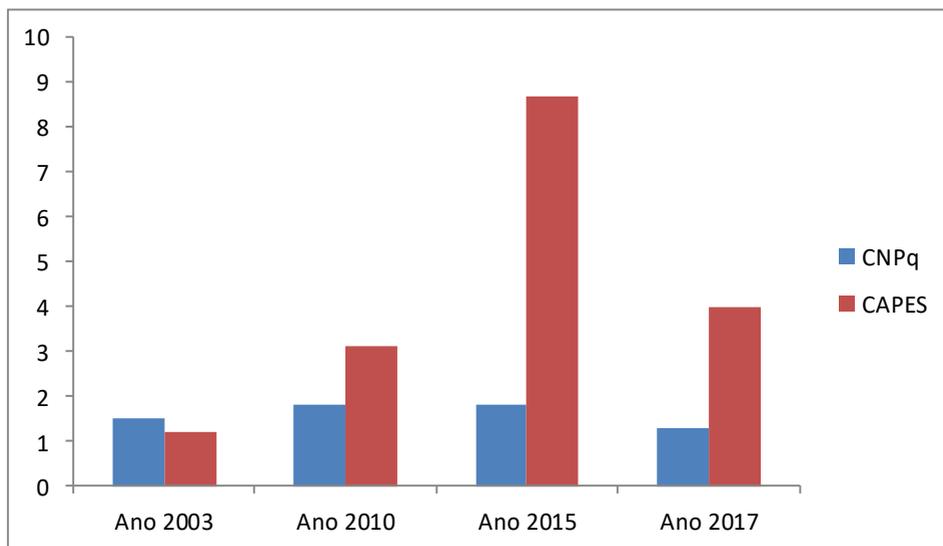


Fonte: Dados da palestra do prof. José Marcelino Pinto, em fevereiro de 2018 no ANDES-SN

Fonte: Senado Federal (Portal Orçamento): Execução Orçamentária por Órgão e Unidade Orçamentária. Palestra apresentada pela professora Vera Lucia Jacob Chaves no ANDES em fevereiro de 2018, com valores atualizados em janeiro de 2018.

De 2003 até 2007, os recursos do CNPq foram superiores aos da CAPES. A partir de 2008, o volume de recursos destinados ao CNPq ficou gradativamente inferior aos recursos executados pela CAPES, chegando a ficar, em 2015, 377,26% maior que o recurso destinado ao CNPq, como apresenta o Gráfico 9.

Gráfico 9. Orçamento das agências públicas de fomento CNPq e CAPES entre 2003 e 2017 – em bilhões de reais – IPCA jan. /2018



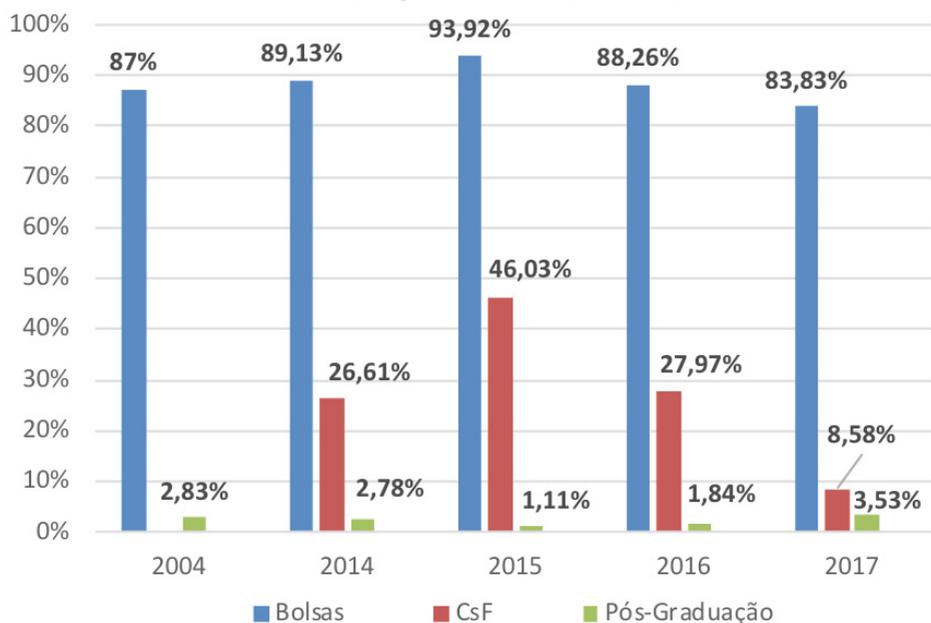
Fonte: Chaves (2018). Valores em bilhões de R\$ corrigidos em janeiro de 2018 (IPCA). Palestra proferida no ANDES em fevereiro de 2018.

De 2009 a 2013, os recursos do CNPq cresceram, chegando a atingir 0,1% da receita total; no entanto, desde o ano de 2014, o órgão vem sofrendo uma política de cortes de recursos chegando em 2016 e 2017 a valores inferiores ao recebido em 2003, atingindo no período uma redução de mais de 13%, o que representa um retrocesso ao financiamento público da pesquisa no país e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de indução para as parcerias com as empresas privadas.

No período de 2010 a 2017, as despesas com a CAPES cresceram 26,6%; no entanto, se analisarmos a evolução dos recursos de 2015 a 2017, observamos que ocorreu redução de mais de 54%, evidenciando como o ajuste fiscal afetou gravemente os programas de pós-graduação e o fomento à pesquisa no país.

Os dados evidenciam que, no período de 2004 a 2014, os recursos da CAPES cresceram em 447,5%, e os valores destinados a bolsas obtiveram um aumento de 458,4%; no entanto, entre 2015 e 2017, o corte nas bolsas de estudo atingiu 45,22%.

Gráfico 10 - Distribuição dos recursos da CAPES - Bolsas, CsF e Pós-Graduação, de 2004 a 2017, em %



Fonte: Chaves (2018). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/02052017-ORCAMENTO-POR-PPA-2004-2019.pdf>

Os governos no Brasil sucessivamente têm investido pouco em C&T, embora até a considerem, em seus discursos, como instrumentos de soberania. É preciso destacar ainda que, apesar do aumento dos recursos entre 2003 e 2015, a “política de inovação” se inscreve no sentido da mercantilização do financiamento da pesquisa e na transferência de dinheiro público para o setor privado, por meio de um arcabouço jurídico e político construído nesse período e que foi analisado no Caderno 28 (2018) do ANDES-SN sobre a política de C&T.

Considerações Finais

O ANDES-SN tem como um de seus princípios a defesa dos recursos do fundo público para o setor público da educação. Essa defesa tem uma vinculação clara com a importância do financiamento público para atender às demandas de uma educação voltada para o interesse da maioria da população e que sirva como uma ferramenta privilegiada para a emancipação humana e transformação da sociedade.

O presente estudo, resultado de um esforço conjunto de 3 Grupos de Trabalho do ANDES (GTPE, GTC&T e GTVerbas), procurou disponibilizar para os(as) sindicalizados(as) alguns dados importantes sobre o financiamento da educação superior, evidenciando as prioridades do governo federal no tocante a investimentos em educação.

O resultado deste estudo traz de forma muito clara a prioridade do governo em relação ao pagamento da dívida pública, em detrimento do investimento nas políticas sociais, das quais a educação vem sofrendo uma diminuição crescente de recursos, na proporção inversa da destinação do fundo público para o setor privado, com programas como FIES e PROUNI, entre outras ações.

O perfil do(a) aluno(a) que frequenta as instituições de educação superior públicas deixa evidente a importância que estas têm para o atendimento da classe trabalhadora, apesar de apenas 25% das matrículas estarem nessas instituições, o que deixa patente que a expansão desse nível de ensino vem ocorrendo pela via privada.

Os recursos para o setor de ciência e tecnologia também tem diminuído a cada ano, numa clara demonstração do desinteresse do governo em relação à produção de conhecimento, menosprezando a importância que isto tem para a soberania nacional e a possibilidade de avanço tecnológico em todas as áreas do conhecimento.

Os dados apresentados neste estudo representam apenas uma amostra do que vem ocorrendo no setor da educação, da ciência e tecnologia e demonstram a necessidade de lutar para reverter essa situação. Devemos buscar, de todas as formas, uma mudança radical na composição do orçamento nacional, de forma a possibilitar o direcionamento dos recursos necessários e indispensáveis para as políticas sociais que venham a beneficiar a população e colocar o país em um patamar de desenvolvimento social para efetiva distribuição das riquezas produzidas, acabando com a concentração de renda e praticando a justiça social.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. e CAMARGO, R.B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In OLIVEIRA, R. O e ADRIÃO, T. (orgs) **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal** 2ª ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2002, Coleção legislação e política educacional: tetos introdutórios.

ANDIFES – FONAPRACE. *Perfil Socioeconômico e Cultural dos Alunos de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior.* Relatório Sumário. Disponível em: <http://201.57.207.35/fonaprace/wpcontent/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>. Acesso 17 fev 2018

ANDES CADERNO 2. Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira. 4ª Edição Revisada e Ampliada. Brasília. 2013. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf> . Acesso 15 fev 2018

ANDES CADERNO 28. *Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil: Um balanço crítico (1995-2016).* Brasília. 2018. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-186083876.pdf> Acesso: 15 fev 2018

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Gráficos. Brasília. 2018. Disponível em <https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/> Acesso 17 fev 2018

BRASIL. Panorama da educação. Destaques do Education at a Glance 2017. Brasília. 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_a_glance_2017.pdf Acesso: 17 fev 2018

CHAVES, V.L.J. REIS, L.F. , GUIMARÃES, A.R. **Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil.** Acta Scientiarum. 40(1), e 37668

Clarivate Analytics | *Research in Brazil* A report for CAPES; Acesso 05 mar 2018

CHAVES, V. L.J. Financiamento da Educação Superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. In Reunião Conjunta do GT Política Educacional, GT Ciência e Tecnologia e GT Verbas do ANDES SN. Brasília. 16/02/2018

PINTO, J. M. de R. *Financiamento da educação e C&T: um olhar sobre o governo federal.* In Reunião Conjunta do GT Política Educacional, GT Ciência e Tecnologia e GT Verbas do ANDES SN. Brasília. 16/02/2018.

REIS, L.F. *Política Econômica, Dívida Pública e Financiamento das Universidades Públicas.* In Reunião Conjunta do GT Política Educacional, GT Ciência e Tecnologia e GT Verbas do ANDES SN. Brasília. 16/02/2018.

Diretoria do ANDES-SN

Eblin Joseph Farage (ADUFF) - PRESIDENTE
Luis Eduardo Acosta Acosta (ADUFRJ) - 1º VICE-PRESIDENTE
Cláudia Alves Durans (APRUMA) - 2ª VICE-PRESIDENTE
Olgaíses Cabral Maués (ADUFPA) - 3ª VICE-PRESIDENTE
Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB) - SECRETÁRIO GERAL
Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA) - 1º SECRETÁRIO
Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL) - 2º SECRETÁRIO
Amauri Fragoso de Medeiros (ADUFCG) - 1º TESOUREIRO
João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR) - 2º TESOUREIRO
Epitácio Macário Moura (SINDUECE) - 3º TESOUREIRO

REGIONAL NORTE I

Marcelo Mario Vallina (ADUA) - 1º VICE-PRESIDENTE
Leandro Roberto Neves (SESDUF-RR) - 2º VICE-PRESIDENTE
Manuel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC) - 1º SECRETÁRIO
Lucia Marina Puga Ferreira (SIND-UEA) - 2ª SECRETÁRIA
Ana Cristina Belarmino de Oliveira (ADUA) - 1ª TESOUREIRA
Sandra Maria Franco Buenafuente (SESDUF-RR) - 2ª TESOUREIRA

REGIONAL NORTE II

Andréa Cristina Cunha Solimões (ADUFPA) - 1ª VICE-PRESIDENTE
Raimundo Wanderley Correa Padilha (SINDUNIFESSPA) - 2ª VICE-PRESIDENTE
Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA) - 1º SECRETÁRIO
Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP) - 2ª SECRETÁRIA
Rigler da Costa Aragão (SINDUNIFESSPA) - 1º TESOUREIRO
André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL NORDESTE I

Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI) - 1ª VICE-PRESIDENTE
Sirliane de Souza Paiva (APRUMA) - 2ª VICE-PRESIDENTE
José Alex Soares Santos (SINDUECE) - 1º SECRETÁRIO
Daniel Vasconcelos Solon (ADCESP) - 2º SECRETÁRIO
Raquel Dias Araújo (SINDUECE) - 1ª TESOUREIRA
Joana Aparecida Coutinho (APRUMA) - 2ª TESOUREIRA

REGIONAL NORDESTE II

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG) - 1º VICE-PRESIDENTE
Flávio Henrique Albert Brayner (ADUFEPE) - 1º SECRETÁRIO
Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB) - 1º TESOUREIRO
Antônio Gautier Farias Falconieri (ADFURRN) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL NORDESTE III

Caroline de Araújo Lima (ADUNEB) - 1ª VICE-PRESIDENTE
Lana Bleicher (APUB) - 1ª SECRETÁRIA
Gracinete Bastos de Souza (ADUFS-BA) - 2ª SECRETÁRIA
Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB) - 1º TESOUREIRO
Vamberto Ferreira Miranda Filho (ADUNEB) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL PLANALTO

Jacqueline Rodrigues Lima (ADUFG) - 1ª VICE-PRESIDENTE
Erlando da Silva Rêses (ADUnB) - 2ª VICE-PRESIDENTE

Paulo Henrique Costa Mattos (APUG) - 1º SECRETÁRIO

Fernanda Ferreira Belo (ADCAC) - 2ª SECRETÁRIA

Fernando Lacerda Júnior (ADUFG) - 1º TESOUREIRO

Eva Aparecida de Oliveira (ADCAJ) - 2ª TESOUREIRA

REGIONAL PANTANAL

Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADLeste) - 1º VICE-PRESIDENTE

Roseli Rocha (ADUEMS) - 2ª VICE-PRESIDENTE

Vanessa Clementino Furtado (ADUFMAT) - 1ª SECRETÁRIA

Maurício Farias Couto (ADUFMAT) - 2º SECRETÁRIO

Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT) - 1ª TESOUREIRA

Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL LESTE

Renata Rena Rodrigues (ASPUV) - 1ª VICE-PRESIDENTE

Trícia Zapula Rodrigues (SINDCEFET-MG) - 2ª VICE-PRESIDENTE

Sandra Boari Silva Rocha (ADUFSJ) - 1ª SECRETÁRIA

Valéria Siqueira Roque (ADFMTM) - 2ª SECRETÁRIA

Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES) - 1º TESOUREIRO

Roberto Camargo Malcher Kanitz (ADUEMG) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL RIO DE JANEIRO

Juliana Fiúza Cislighi (ASDUERJ) - 1ª VICE-PRESIDENTE

Cláudio Rezende Ribeiro (ADUFRJ) - 2º VICE-PRESIDENTE

Lorene Figueiredo de Oliveira (ADUFF) - 1ª SECRETÁRIA

Elza Dely Veloso (ADUFF) 2ª SECRETÁRIA

Mariana Trotta Dallalana Quintans (ADUFRJ) - 1ª TESOUREIRA

Bruno José da Cruz Oliveira (ADUNIRIO) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL SÃO PAULO

Ana Maria Ramos Estevão (ADUNIFESP) - 1ª VICE-PRESIDENTE

José Vitório Zago (ADUNICAMP) - 2º VICE-PRESIDENTE

Lindamar Alves Faermann (SINDUNITAU) - 1ª SECRETÁRIA

Itamar Ferreira (ADUNICAMP) - 2º SECRETÁRIO

Maria Lúcia Salgado Cordeiro dos Santos (*REG-SP/FAC. SUMARÉ) - 1ª TESOUREIRA

Antonio Euzébios Filho (ADUNESP) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL SUL

Adriana Hessel Dalagassa (APUFPR) - 1ª VICE-PRESIDENTE

Mary Sylvia Miguel Falcão (SINDUNESPAR) - 2ª VICE-PRESIDENTE

Douglas Santos Alves (SINDUFFS) - 1º SECRETÁRIO

Bruno Martins Augusto Gomes (APUFPR) - 2º SECRETÁRIO

Altemir José Borges (SINDUTF-PR) - 1º TESOUREIRO

Rolf de Campos Intema (SINDUTF-PR) - 2º TESOUREIRO

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Carlos Alberto Gonçalves (SSind do ANDES-SN NA UFRGS) - 2º VICE-PRESIDENTE

Caiuá Cardoso Al-Alam (SESUNIPAMPA) - 1º SECRETÁRIO

Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPPEL) - 2º SECRETÁRIO

Getúlio Silva Lemos (SEDUFISM) - 1º TESOUREIRO

Ubiratã Soares Jacobi (APROFURG) - 2º TESOUREIRO

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS